

# CARTAS À REDACÇÃO

---

## QUAL PÓS-POSITIVISMO?

José Pedro Teixeira Fernandes afirma que a disciplina das Relações Internacionais é hoje dominada por uma «nova ortodoxia» resultante da viragem pós-moderna que ocorreu no final dos anos de 1980<sup>1</sup>. Essa situação foi, segundo o autor, motivada por processos exteriores à disciplina, nomeadamente a popularização de abordagens pós-positivistas noutros campos, o que motivou uma transformação radical na forma de se estudar a política internacional. Teixeira Fernandes vê esta viragem como algo extremamente negativo para a produção académica nas Relações Internacionais. Esta mudança preocupa Teixeira Fernandes, que termina o seu artigo com uma declaração de missão para toda a disciplina. De acordo com o próprio, a desconstrução da ortodoxia pós-moderna «é a principal tarefa com que se confronta a Teoria das Relações Internacionais no início do século XXI»<sup>2</sup>.

Não podíamos deixar de elaborar este comentário, dado entendermos que Teixeira Fernandes faz uma leitura incorrecta do que é o pós-positivismo, confundindo-o

com pós-modernismo e multiculturalismo, conceitos que, embora relacionados, não se sobrepõem inteiramente. É com base nesta confusão conceptual que Teixeira Fernandes acaba por retratar todo o pós-positivismo como a «nova ortodoxia» nas Relações Internacionais.

A falha de Teixeira Fernandes em propor uma definição útil de «positivismo» e o facto de o termo ser frequentemente usado mais como uma ofensa<sup>3</sup> do que como qualquer outra coisa (inclusive por alguns «pós-positivistas») colocam em xeque a inteligibilidade de um argumento construído em torno de binárias como pós-positivismo/pós-modernismo e positivismo/ciência<sup>4</sup>. Essas binárias parecem ser a única aproximação a uma definição de «positivismo», «ciência» e «pós-positivismo» que se pode encontrar no texto. Dessa confusão conceptual recorrente resultam, pelo menos, dois problemas.

Em primeiro lugar, ao contrário do que Teixeira Fernandes sugere, nem todo o positivismo é ciência e nem toda a ciência é positivista. O apego metafísico dos comteanos à leitura positivista da história – chegando a constituir uma religião

humanista, a «igreja positivista» – ilustra que o positivismo não é necessariamente científico e, muito menos, a base da única concepção de «ciência» possível. Por outro lado, existem diversas metateorias não positivistas que, ao distinguirem entre ciência e outras formas de conhecimento, ilustram bem a possibilidade de ciência não positivista. No plano metateórico, podem citar-se os casos da metodologia dos programas científicos de pesquisa de Lakatos e a teoria realista da ciência de Bhaskar<sup>5</sup>. Nas Relações Internacionais, os casos dos «pós-positivistas» Wendt, Colin Wight e tantos outros<sup>6</sup>.

Em segundo lugar, nem todo o pós-positivismo é pós-moderno e multiculturalista, como o próprio Teixeira Fernandes parece reconhecer quando afirma que existem «diferentes versões»<sup>7</sup> de abordagens pós-positivistas. Todo o seu argumento, porém, depende desta divisão. O autor refere que as «concepções da "epistemologia multiculturalista" [...], grosso modo, são as mesmas que sustentam as abordagens pós-positivistas das Relações Internacionais»<sup>8</sup>. A construção da binária pós-positivismo/pós-modernismo (e pós-positivismo/multiculturalismo) por Teixeira Fernandes serve a função de homogeneizar o «pós-positivismo», eliminando potenciais anomalias que resistiriam ao seu argumento. É somente através desta simplificação que o autor consegue criticar o que ele chama de «pós-positivismo» por intermédio de uma crítica ao multiculturalismo. Ora, de acordo com os moldes utilizados, nos quais pós-positivismo equivale a pós-modernismo, a rejeição do pós-positivismo significa, na

prática, a eliminação de uma série de abordagens teóricas e metateóricas que, embora pós-positivistas, não são nem pós-modernas nem multiculturalistas<sup>9</sup>.

Sendo que o pós-positivismo e o pós-modernismo não são equivalentes, torna-se complicado avaliar o que constitui a «nova ortodoxia» que Teixeira Fernandes afirma existir na teoria das Relações Internacionais. O autor afirma, com razão, que desde os anos de 1980 o panorama teórico foi «pulverizado» por uma multiplicidade de abordagens<sup>10</sup>. No entanto, postular que «a "desconstrução" desta nova ortodoxia, de *imitatio-postmodernum*, e das suas estratégias ideológicas e epistemológicas de legitimação, é a principal tarefa com que se confronta a Teoria das Relações Internacionais neste início do século XXI»<sup>11</sup> parece-nos exagerado, até porque Teixeira Fernandes em nenhuma ocasião demonstra que o pós-positivismo é a «nova ortodoxia» nas Relações Internacionais. Fazê-lo, aliás, iria contra a ideia de pulverização<sup>12</sup>. Além disso, a mera existência de novos manuais que mencionam diversas abordagens pós-positivistas não é indicador seguro de que há uma «nova ortodoxia» no campo. Diversos estudos mais detalhados sugerem o contrário, a saber, que o campo gira e reproduz-se exactamente em torno da «velha ortodoxia»<sup>13</sup>. O autor parece indicar que o problema da «nova ortodoxia» é, justamente, a pluralidade de novas perspectivas, contrastando com a «relativa homogeneidade teórica de um passado não muito distante». «Homogeneidade» corresponderia à «fase científica» (ou *imitatio scientia*) da disciplina. Associar a dominação de um determinado

paradigma num campo a uma «fase científica» é um juízo metateórico que nos remete à ideia de «ciência madura» de Kuhn<sup>14</sup>, que, por sua vez, segundo a visão do próprio Teixeira Fernandes, poderia ser classificado como um «pós-positivista»<sup>15</sup>. Sendo assim, o autor depende de critérios metateóricos pós-positivistas para protestar contra a pluralidade de perspectivas que caracteriza a «nova ortodoxia» pós-positivista.

Dado que pós-positivismo e pós-modernismo não são a mesma coisa, e tendo em conta que o primeiro não é uma teoria das Relações Internacionais (mas sim uma atitude metateórica), torna-se complicado avaliar o argumento de Teixeira Fernandes no que respeita à ligação entre teoria e ideologia. O autor reconhece que uma das principais críticas pós-positivistas ao «positivismo científico» se refere ao facto de este «"mascarar" a sua ideologia e de legitimar o *status quo* internacional, sob uma capa de "neutralidade" e de "conhecimento científico"»<sup>16</sup>. Mais adiante, Teixeira Fernandes acusa alguns autores pós-positivistas (sem especificar) de usarem «uma "máscara" académico-científica»<sup>17</sup> já depois de ter citado Semprini, que define como principais características do «pós-positivismo» (entendido, vale lembrar, como pós-modernismo e «epistemologia multicultural») a celebração da multiplicidade de interpretações subjectivas e o carácter político da produção de conhecimento. Tendo em conta a descrição de Semprini, usada por Teixeira Fernandes, fará sentido acusar o pós-positivismo (como um todo) de se procurar legitimar sob uma suposta neutralidade

ideológica? Até porque – como é bem sabido – nem todos os pós-positivistas reivindicam conceitos de ciência<sup>18</sup> e neutralidade<sup>19</sup> nas suas próprias abordagens. Mais importante, todavia, é que Teixeira Fernandes depende do próprio argumento pós-positivista (de que a produção intelectual positivista mascara um projecto ideológico) para criticar o posicionamento pós-positivista, incorrendo numa contradição performativa. Ou seja, admitir a validade da crítica pós-positivista é condição fundamental para o sucesso do seu argumento<sup>20</sup>. Dessa forma, o autor menciona mais um caso empírico que corrobora o argumento pós-positivista de não neutralidade da produção académica, demonstrando o valor do pós-positivismo enquanto crítica.

Teixeira Fernandes conclui afirmando que a nova tarefa da Teoria das Relações Internacionais é desconstruir a «nova ortodoxia» pós-positivista. Tal desconstrução, conforme o argumento ilustra, *depende* do pós-positivismo. Teixeira Fernandes, ao fechar a porta ao pós-positivismo, na verdade abre a janela. Eis uma desconstrução da desconstrução do autor sobre a desconstrução dos pós-positivistas. O autor realiza um acto louvável, que é o de fazer menção às teorias pós-positivistas. Contudo, não podemos concordar com a forma como essas abordagens foram retratadas. O número da revista onde o artigo de Teixeira Fernandes foi publicado é bem exemplar de que o pós-positivismo não constitui uma nova ortodoxia na disciplina das Relações Internacionais como o autor afirma. Acreditamos que o potencial do pós-positivismo supera em muito

o seu uso como mero instrumento de crítica e vemos a pluralidade teórica nas Relações Internacionais como o caminho a ser seguido para que a disciplina continue a ganhar relevância e, mais importante, para que esta nos ajude a perceber melhor um mundo cada vez mais com-

plexo, onde a multiplicidade de eventos e de causas apenas pode ser compreendida com mais teorias e diversos pontos de vista.

■ **FILIFE CANAS DA SILVA** (canas.filipe@gmail.com)

■ **L. G. FREIRE** (lgfreire@gmail.com)

## NOTAS

<sup>1</sup> FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Pós-positivismo e ideologia na Teoria das Relações Internacionais». In *Relações Internacionais*. N.º 16, Dezembro de 2007, pp. 75-82.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>3</sup> WIGHT, Colin – *Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 15-23.

<sup>4</sup> FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Pós-positivismo e ideologia na Teoria das Relações Internacionais», p. 75.

<sup>5</sup> LAKATOS, Imre – *The Methodology of Scientific Research Programmes: Philosophical Papers, v.1*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978; BHASKAR, Roy – *A Realist Theory of Science*. 3.ª ed. Londres: Verso, 2008.

<sup>6</sup> Cf. WENDT, Alexander – *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 47-91; WIGHT, Colin – *Agents, Structures and International Relations*, pp. 23-61. O próprio Waltz critica diversos pontos nevrálgicos do positivismo e considera-se um pós-positivista. Cf. WALTZ, K. N., HALLIDAY, F., e ROSENBERG, J. – «Interview with Ken Waltz». In *Review of International Studies*. Vol. 24, n.º 3, 1998, pp. 379-386.

<sup>7</sup> FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Pós-positivismo e ideologia na Teoria das Relações Internacionais», p. 81.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 80.

<sup>9</sup> Cf., *inter alia*, FINNEMORE, M. – *National Interests in International Society*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1996.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 75.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>12</sup> Parece-nos complicado imaginar uma «ortodoxia pulverizada» onde coexistem perspectivas como, por exemplo, *Feminist standpoint* e *Green Theory* que se opõem em princípios fundamentais.

<sup>13</sup> Cf., *inter alia*, TICKNER, A. B., e WAEVER, O. – *Global Scholarship in International Relations: Worlding Beyond the West*. Londres: Routledge, 2008.

<sup>14</sup> KUHN, T. S. – *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 7.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

<sup>15</sup> O próprio autor reproduz essa classificação. Apesar do equívoco na grafia do nome de Kuhn, trata-se da mesma pessoa. FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Pós-positivismo e ideologia na Teoria das Relações Internacionais», p. 79.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 81. Cf. p. 77.

<sup>18</sup> Os pós-modernos, por exemplo, estão confortáveis com a ideia de que seu discurso é «só mais um discurso» e de que as suas abordagens são tão ideológicas quanto as abordagens positivistas. Cf. DER DERIAN, J., e SHAPIRO, M. [eds.] – *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics*. Lexington: Lexington Books, 1989.

<sup>19</sup> É difícil ser mais claro quanto a isto que Robert W. Cox, que, em 1981, afirmou que «a teoria é sempre para alguém e serve sempre algum propósito». COX, R. W. – «Social forces, states and world orders: beyond international relations theory». In KEOHANE, R. O. [ed.] – *Neorealism and its Critics*. Nova York: Columbia University Press, 1986, p. 207.

<sup>20</sup> Interessante também é que Teixeira Fernandes parece acreditar que as teorias têm capacidade de «transformar a realidade» de acordo com um determinado programa político, o que nos parece ser uma posição pós-positivista por excelência que pressupõe a interferência do sujeito no objecto. Cf. FERNANDES, José Pedro Teixeira – «Pós-positivismo e ideologia na Teoria das Relações Internacionais», p. 81.

## RESPOSTA À RECENSÃO DO LIVRO PURGA EM ANGOLA

A história contemporânea, pela proximidade dos acontecimentos, suscita em geral maior atenção e, por vezes, acaloradas discussões. Mas, em regra, nada que se compare ao ocorrido com o livro *Purga em Angola*. Comentado em dezenas de jornais, revistas e blogues, as apreciações foram do «muito bom» ao «péssimo», tendo suscitado críticas à direita e à esquerda. Uns, porventura preocupados com os seus interesses ou negócios, disseram não ter gostado; outros, certamente por verem atingidos velhos amigos (mesmo que irreconhecíveis), não hesitaram em considerar os processos de investigação como «métodos pidescos». Contudo, mais do que o tom azedo das críticas, imperou a difamação. E os insultos surgiram quer em jornais portugueses de referência, quer mesmo no oficioso *Jornal de Angola*, sempre dirigidos à co-autora do livro, o que se explicará com o facto de ser mulher.

A provocação não se responde por escrito. Mas responde-se à preocupação com o esclarecimento dos factos. Por isso, entendemos responder à recensão publicada pela jornalista Lara Pawson, na revista *Relações Internacionais* do passado mês de Junho, agradecendo desde já o ter considerado o livro como «contributo valiosíssimo» para o esclarecimento do tema.

Claro que, na recensão, a aparente simplificação podia ser interpretada como caricatura do que pretendíamos dizer. Passemos também por alto sobre as afirmações não fundamentadas ou inconsistentes a respeito do «outro MPLA» ou da

obra de Jean-Michel Mabeko Tali, afinal 36 citações do único trabalho académico de fôlego sobre o MPLA (num livro com nada menos que 560). Tais simplificações ou alusões não põem em causa a seriedade do escrito de Lara Pawson, a capacidade para ultrapassar preconceitos, a busca sincera da verdade. Vamos, então, responder a algumas críticas e observações, corrigir interpretações a nosso ver menos justas e prestar esclarecimentos considerados importantes para o aprofundamento do tema.

1. Lara Pawson põe em dúvida «a validade de algum material aqui utilizado», dando como exemplo a transcrição de frases ditas em segunda mão, como o propósito de Agostinho Neto dismantelar a organização existente em Luanda ou a afirmação de que Lúcio Lara acusara, com um ano de antecedência, Nito Alves de preparar um golpe.

O serviços de *Intelligence* ensinam que uma informação do tipo «disse que disse» não deve ser atirada para o cesto dos papéis. Apesar de mal classificada, deve ser conservada, pois novas informações podem vir a confirmá-la. E foi o que aconteceu naqueles casos.

Demonstrou-se que a direcção oficial do MPLA cedo começou a dismantelar a organização existente do Movimento e do Poder Popular: expulsou e prendeu quadros, suspendeu organismos de direcção, alterou toda a estrutura dos DOM, retirou a legitimidade aos órgãos eleitos do poder popular.

E demonstrou-se, também, que o anúncio do golpe de Estado se repetiu, por mais de uma vez. O próprio Nito Alves, quatro

meses antes do 27 de Maio e em carta ao embaixador Albertino de Almeida (carta que depositámos, com todo o material recolhido, num arquivo português), afirmava que o acusavam de estar a preparar um golpe de Estado. E na véspera do 27 de Maio, era o próprio Lúcio Lara que, no horário nobre da televisão, lia uma mensagem terrificante, dando a entender que se estava a preparar um golpe de Estado. As fontes por nós utilizadas estão identificadas. Com umas quantas excepções: não identificámos dois quadros da polícia política, dois cineastas, dois angolanos e alguns declarantes. Fizemo-lo para que fosse acautelada a sua segurança e tranquilidade. No entanto, gravámos todas as entrevistas e declarações. As gravações, assim como as transcrições feitas em papel, tudo perfeitamente identificado, foram avaliadas e aceites pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo e poderão ser consultadas nos prazos legais. De modo que o material utilizado na investigação (gravações, filmes, cartas, documentos, revistas e jornais) tem plena validade, só assim se justificando a possibilidade do seu depósito.

2. Segundo Lara Pawson, nunca nos coibimos de apontar o dedo a Neto. E no entanto, fazemos «uma análise demasiado condescendente de Alves».

Vejamos então. Logo no início do livro afirmámos que Nito Alves «padecia das limitações de quem vivera muitos anos isolado e acossado, do autodidacta que encontrara num manual marxista uma nova bíblia, onde buscava soluções para todos os problemas». E logo acrescentá-

mos que tais limitações «levariam inevitavelmente a manifestações de dogmatismo e de radicalismo». Dissemos, ainda, que, a sua obra mais citada, as chamadas «Treze Teses...», eram um texto «insuportavelmente dogmático, com dezenas e dezenas de citações, a propósito e sobretudo a despropósito». E não deixamos de denunciar o terrível discurso proferido em frente à Câmara Municipal de Luanda, onde apelava «à delação e prisão de elementos da OCA e da Revolta Activa», tendo chegado a «mandar ofícios a saber em que repartição do Estado» estariam a trabalhar. Pouco mais se poderia dizer de Nito Alves. Até porque nos recusamos a embarcar na corrente dos que fazem processos de intenção, declarando que, se tivessem vencido, os nitistas «possivelmente ainda fariam pior», isto é, provocariam um maior banho de sangue.

Quanto a Agostinho Neto, mostrámos que tratou a frente política MPLA como um partido leninista, ainda que com muito centralismo e bem pouca democracia. Mostrámos, também, que tinha por hábito resolver os problemas de dissidência da pior forma, confirmando as sombrias previsões de Viriato da Cruz que vira nele um «autocrata em potência» (Michel Laban, *Mário Pinto de Andrade – Uma Entrevista*, Sá da Costa, Lisboa, 1977, p. 180). E mostrámos, ainda, que estava disposto a abdicar de princípios, a renunciar a projectos, a aliar-se com o diabo, desde que tal lhe permitisse a sobrevivência política. Para o mostrarmos demos o exemplo das negociações travadas, em 1963, com as autoridades coloniais. Só que tais conversações se repetiram dez anos depois.

No livro *A Vitória Traída*, publicado precisamente em 1977, quatro generais do Antigo Regime, Luz Cunha, Káulza de Arriaga, Bettencourt Rodrigues e Silvino Silvério Marques, referem que, em finais de 1973, numa nova situação de crise do MPLA, Agostinho Neto enviou a Lisboa um membro do seu Comité Central, com o objectivo de explorar a hipótese de colocar quadros seus e o que restava da guerrilha à disposição do regime colonial, para enfrentarem o inimigo comum, a FNLA (p. 255).

Nem se diga que eram apenas actos pacificadores, destinados a «interromper o ciclo de violência e de sofrimento de dois povos» (Edmundo Rocha, in *Viriato da Cruz, o Homem e o Mito*, Prefácio, Lisboa, 2008, p. 438): primeiro, porque as negociações não visavam a independência, mas a aceitação da solução colonial; segundo, porque aquele propósito pacificador nunca se manifestara no seio da família MPLA.

Não se diga, também, que, para sermos objectivos, não devíamos ter «estados de alma». Que fique, então, claro. Recusamo-nos a abdicar de princípios democráticos e de valores éticos, culpabilizando a vítima e perdoando ao algoz, quando sabemos que Agostinho Neto dispensou os tribunais e deu o tiro de partida na corrida para o terror.

3. Segundo a jornalista, o livro «não chega a ir ao fundo do relacionamento entre Nito Alves e a União Soviética». E como que a comprová-lo invoca testemunhos declarando que «os soviéticos não foram neutros», pois Nito Alves tinha o apoio de «determinada secção do KGB».

Estamos dispostos a aceitar que os soviéticos não gostavam de Agostinho Neto e dos que o rodeavam. Podemos até reconhecer que simpatizavam com Nito Alves.

Mas o problema não reside nas simpatias ou antipatias. Reside sim em saber qual a participação dos soviéticos nos acontecimentos do 27 de Maio. Iko Carreira, o terceiro homem do MPLA e o único que avançou com uma acusação concreta, falou da colaboração de dois secretários do adido militar, um dos quais até arrendara uma casa no Sambizanga, para poder dar conselhos aos dirigentes do golpe.

Ora, para além desta versão caricatural de um secretário a orientar um golpe e de acusações não fundamentadas, existe um testemunho esclarecedor. Karen I. Brutentz, antigo vice-chefe da Secção Internacional do Partido Comunista da União Soviética, ligado às relações com o Terceiro Mundo, num livro de memórias intitulado *Trinta Anos na Praça Velha* (publicado em Moscovo, em 1998), relata deste modo o encontro realizado, em Agosto de 1977, entre Leonid Brejnev e Agostinho Neto (p. 494):

«Como era costume, ao dirigente de Angola, como hóspede, foi concedida a primeira intervenção. Depois das tradicionais frases com generalidades, subitamente, Neto abordou o assunto do recente golpe militar em Luanda. E ignorando os meandros diplomáticos, declarou:

– Vim cá porque ocorreu uma coisa, um golpe. E gostaria de saber pessoalmente de si, se Moscovo participou ou não nesta conjura contra mim? Porque, segundo me

dizem, os vossos homens estavam envolvidos.

Claro que todos os olhares se viraram para Brejnev. Os presentes e principalmente os representantes soviéticos esperavam que reagisse à pergunta do dirigente angolano, que (de acordo com a realidade) desmentisse semelhante hipótese, que confirmasse que não tínhamos renunciado ao apoio a Neto. Leonid Ilitch [Brejnev] segurou na folha já preparada e começou a ler:

– A situação no nosso país é boa, as previsões sobre as colheitas são fantásticas...

Parecia que fugíamos às perguntas e, assim, confirmávamos as dúvidas de Neto. Todas as tentativas para “soprar a resposta”, enviando-lhe novos papéis, se goraram. Depois da leitura, Brejnev declarou num tom entre o interrogativo e o afirmativo:

– Li bem?!

Só depois do intervalo do almoço oficial, num “acrescento” feito por um dos participantes no encontro, se conseguiu atenuar parcialmente a impressão causada.»

É um facto que, em Angola, houve interferência de terceiros. Mas, no caso que se analisa, só forçando a nota se poderia reconduzir a luta pelo poder no seio do MPLA ao conflito Leste-Oeste. A questão era, quanto a nós, bem menos planetária e bem mais pessoal ou grupal.

**4.** Na recensão de Lara Pawson existe um evidente equívoco no episódio dos mortos carbonizados numa ambulância, incidente que serviu de pretexto ao desencadear do terror.

A este propósito avançámos com as três versões existentes.

Duas versões oficiais, uma dizendo que tinham sido os nitistas a matar, outra que os mortos tinham sido vítimas de «excessos incontrolláveis». E uma terceira versão, que dizemos ser hoje defendida por muito boa gente. Mas esta «muito boa gente» (em que, querendo, até se podem incluir os autores do livro) não é prova, limitando-se a raciocinar sobre dados que lhe forneceram. Vejamos, então, o que se diz e quem o diz:

1.º – João Kandanda, militar das FAPLA e elemento da DISA, numa entrevista ao jornal angolano *Folha 8* (26 de Maio de 2001), afirmava que, entre os elementos do grupo do futebolista Kiferro, em cuja casa estavam detidos os presos levados do quartel da 9.ª Brigada, se encontrava um elemento provocador, um tal Tony Laton. E foi este elemento que disparou, matando uns e ferindo gravemente outros. Este Laton (que nunca ninguém disse ou sequer imaginou que fosse agente da CIA) tornou-se posteriormente assessor de *Onambwé*, o subdirector da polícia política angolana. Esta versão foi ouvida, também, por Miguel Francisco (*Michel*), militar, a um colega com ele detido no campo de concentração da Calunda, a milhares de quilómetros. Será, pois, natural que habitantes do Sambizanga apareçam a dizer que os presos foram mortos pelo grupo de Kiferro, já que Laton integrava tal grupo.

2.º – Os elementos do grupo de Kiferro, segundo declarações gravadas e transcritas de um antigo responsável da DISA, foram todos presos e imediatamente fuzilados pela polícia política. Todos... menos Tony Laton.

3.º – Os mortos na casa do futebolista Kiferro foram encontrados carbonizados, no dia seguinte, numa ambulância, ambulância esta que, segundo testemunho de um médico psiquiatra, fora levantada no hospital, por um tal Melo Xavier, colaborador da polícia política, identificado no filme dos acontecimentos realizado pelo Ministério da Defesa ao lado do subdirector Onambwé. Xavier costumava ir buscar a ambulância ao hospital, onde aparecia de bata branca e estetoscópio ao pescoço, o que até levou um nosso entrevistado da DISA a tomá-lo por médico.

4.º – Da casa do futebolista Kiferro terá conseguido fugir Ciel da Conceição, dirigente do MPLA que, tanto quanto se sabe, continua a viver em Angola. Conceição foi apresentado, logo a seguir, na televisão, com a cabeça toda ligada, devido aos maus-tratos sofridos. No entanto, um mês depois, apareceu na Cadeia de São Paulo e os presos recordam perfeitamente o facto de ter o cabelo comprido e não apresentar marca de qualquer ferimento.

5.º – Entre os mortos na casa do futebolista Kiferro encontravam-se três amigos de Nito Alves: o médico Garcia Neto, José Manuel Paiva (*Bula*) e Eugénio Veríssimo da Costa (*Nzaji*), o qual teria estado numa reunião preparatória da acção do 27 de Maio, segundo um quadro da DISA.

6.º – Onambwé e outros quadros da DISA, no quartel da 9.ª Brigada (onde há quem chame a atenção para a fuga de uma carrinha com os presos) ou junto à ambulância

com os corpos carbonizados, agem com perfeita tranquilidade, como se conhecessem perfeitamente o guião do «filme».

São todos estes factos conjugados que permitem supor que a matança na casa do futebolista Kiferro foi realizada pela DISA, de modo a servir de pretexto para a repressão que se seguiu. Pois não seria fácil desencadear tamanho banho de sangue a pretexto de uma simples manifestação, patente no filme oficial dos acontecimentos.

Como explicitámos no Prefácio do *Purga em Angola*, há buracos que não conseguimos preencher, perguntas para que não obtivemos resposta. De modo que não temos a pretensão de conhecer a «verdade completa». No entanto, com base nos muitos dados recolhidos, pensamos ter chegado a uma «verdade possível», que não estará muito longe da realidade.

Construímos o relato verificável dessa realidade, expressámos uma verdade relativa, aberta a uma constante renovação, à revisão e à crítica. Oxalá o conhecimento de novos factos ajude a preencher os buracos que persistem, a compreender melhor o que se passou. E estamos certos de que, a seu tempo e sem recearem pela sua sorte, também historiadores angolanos poderão tratar deste tema, com igual seriedade nos métodos, nos processos e no uso das fontes.

■ DALILA CABRITA MATEUS